



## DESTAQUES 16 A 20 DE ABRIL

### NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

#### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO PÚBLICO

##### RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 44/2012. D.R. N.º 79, SÉRIE I DE 2012-04-20

##### **Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Relatório denominado «Estratégia para os pagamentos em atraso há mais de 90 dias»

#### AMBIENTE

##### DECRETO-LEI N.º 95/2012. D.R. N.º 79, SÉRIE I DE 2012-04-20

##### **Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria

#### EDUCAÇÃO

##### PORTARIA N.º 105/2012. D.R. N.º 76, SÉRIE I DE 2012-04-17

##### **Ministério da Educação e Ciência**

Sexta alteração à Portaria n.º 550-D/2004, de 21 de Maio, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação

##### DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO N.º 20/2012. D.R. N.º 79, SÉRIE I DE 2012-04-20

##### **Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral**

Rectifica o Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de Fevereiro, do Ministério da Educação e Ciência, que regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2012

---

“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”

*Chambers European Excellence Awards, 2009; Shortlisted 2010, 2011/ Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011/The Lawyer European Awards-Shortlisted, 2010, 2011*

“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”

*Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010, 2011*

“5ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”

*Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011*

“Melhor Sociedade de Advocacia de negócios da Europa do Sul”

*ACQ Finance Magazine, 2009*

“Melhor Departamento Fiscal do Ano”

*International Tax Review - Tax Awards 2006, 2008*

Prémio Mind Leaders Awards™

*Human Resources Suppliers 2007*

---

## FINANCEIRO

**DESPACHO N.º 5257/2012. D.R. N.º 76, SÉRIE II DE 2012-04-17**

**Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro**

Autoriza o aumento da quota de Portugal no Fundo Monetário Internacional para DSE 2060,1 milhões

## FISCAL

**PORTARIA N.º 103/2012. D.R. N.º 76, SÉRIE I DE 2012-04-17**

**Ministério das Finanças**

Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015

**PORTARIA N.º 106/2012. D.R. N.º 77, SÉRIE I DE 2012-04-18**

**Ministério das Finanças**

Regula o regime de financiamento da avaliação geral de prédios urbanos

**DESPACHO N.º 5301-A/2012. D.R. N.º 76, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2012-04-17**

**Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social - Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social**

Cria, no âmbito dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social, a Comissão Técnica para a Reprogramação do QREN

### ACORDOS E CONVENÇÕES EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

**DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 79/2012. D.R. N.º 75, SÉRIE I DE 2012-04-16**

**Presidência da República**

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Panamá para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada na cidade do Panamá em 27 de Agosto de 2010

**DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 80/2012. D.R. N.º 75, SÉRIE I DE 2012-04-16**

**Presidência da República**

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Hong Kong em 22 de Março de 2011

**RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 48/2012. D.R. N.º 75, SÉRIE I DE 2012-04-16**

**Assembleia da República**

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Panamá para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada na Cidade do Panamá a 27 de Agosto de 2010

**RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 49/2012. D.R. N.º 75, SÉRIE I DE 2012-04-16**

**Assembleia da República**

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Hong Kong em 22 de Março de 2011

**DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 81/2012. D.R. N.º 76, SÉRIE I DE 2012-04-17**

**Presidência da República**

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e o Japão para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 19 de Dezembro de 2011

**RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 50/2012. D.R. N.º 76, SÉRIE I DE 2012-04-17**

**Assembleia da República**

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Japão para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 19 de Dezembro de 2011

 **DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 82/2012. D.R. N.º 76, SÉRIE I DE 2012-04-17**

**Presidência da República**

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e o Estado do Qatar para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Doha em 12 de Dezembro de 2011

 **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 51/2012. D.R. N.º 76, SÉRIE I DE 2012-04-17**

**Assembleia da República**

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Estado do Qatar para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Doha em 12 de Dezembro de 2011

**PORTAL DAS FINANÇAS**

 Ofício-Circulado n.º 30133/2012 - 16/04 - IVA - Prestações de serviços de transporte de bens entre o continente e as regiões autónomas, e vice-versa. Localização das operações.

**INSOLVÊNCIAS**

 **LEI N.º 16/2012. D.R. N.º 79, SÉRIE I DE 2012-04-20**

**Assembleia da República**

Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização

**JURISPRUDÊNCIA**

 **ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA N.º 3/2012. D.R. N.º 77, SÉRIE I DE 2012-04-18**

**Supremo Tribunal de Justiça**

Visando o recurso a impugnação da decisão sobre a matéria de facto, com reapreciação da prova gravada, basta, para efeitos do disposto no artigo 412.º, n.º 3, alínea b), do CPP, a referência às concretas passagens/excertos das declarações que, no entendimento do recorrente, imponham decisão diversa da assumida, desde que transcritas, na ausência de consignação na acta do início e termo das declarações

 **ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º 179/2012. D.R. N.º 78, SÉRIE I DE 2012-04-19**

**Tribunal Constitucional**

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 1.º, n.os 1 e 2, e do artigo 2.º do Decreto n.º 37/XII, da Assembleia da República (crime de enriquecimento ilícito)

**SAÚDE**

 **ACSS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE**

**Circular Informativa N.º 11 de 17/04/2012**

Para Entidades Públicas Empresariais do Serviço nacional de Saúde  
 Instruções sobre cabimentos, compromissos e pagamentos em atraso. (atualização)

**TRANSPORTE MARÍTIMO – SEGURANÇA**

 **DECRETO-LEI N.º 93/2012. D.R. N.º 78, SÉRIE I DE 2012-04-19**

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Transpõe a Directiva n.º 2010/36/UE, da Comissão, de 1 de Junho de 2010, que altera a Directiva n.º 2009/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelecendo-se regras comuns de segurança, relacionadas com a construção e os equipamentos dos navios de passageiros e das embarcações de passageiros de alta velocidade que efectuem viagens domésticas, destinadas a assegurar um elevado nível de segurança que contribua para o reforço da segurança do transporte marítimo e evite, simultaneamente, distorções de concorrência entre os operadores

## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES – RAA

### **DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 18/2012/A. D.R. N.º 77, SÉRIE I DE 2012-04-18**

#### **Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa**

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de Janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012

### **DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 19/2012/A. D.R. N.º 77, SÉRIE I DE 2012-04-18**

#### **Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa**

Regula o exercício da actividade de edição, reprodução, distribuição ou troca de videogramas

### **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES N.º 11/2012/A. D.R. N.º 77, SÉRIE I DE 2012-04-18**

#### **Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa**

Resolve afirmar os interesses dos Açores em qualquer processo negocial relativo à utilização da Base das Lajes pelos Estados Unidos da América

## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – RAM

### **DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 7/2012/M. D.R. N.º 79, SÉRIE I DE 2012-04-20**

#### **Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa**

Define o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado da Região Autónoma da Madeira

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA UE

 Orientações que acompanham o Regulamento Delegado (UE) n.º 244/2012 da Comissão, de 16 de Janeiro de 2012, que complementa a Directiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao **desempenho energético dos edifícios** estabelecendo o quadro para uma metodologia comparativa para o cálculo dos níveis óptimos de rentabilidade dos requisitos mínimos de desempenho energético dos edifícios e das componentes de edifícios

### COMISSÃO

#### **DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CENTRO DA DECISÃO POLÍTICA**

**Os direitos fundamentais têm cada vez mais peso na elaboração das políticas europeias, mas continuam a existir ideias erradas a seu respeito.**

Qualquer cidadão que considere que os seus direitos foram violados em razão da aplicação de uma medida legislativa da UE pode submeter o seu caso a um tribunal ou a um provedor de justiça nacional. Se não ficar satisfeito com a resposta obtida, pode apresentar uma queixa à Comissão Europeia.

#### **COMISSÃO LANÇA CAMPANHA «WE MEAN BUSINESS» PARA AUMENTAR A OFERTA DE ESTÁGIOS NAS EMPRESAS**

Esta campanha «We Mean Business», tem o objectivo de incentivar as empresas a criar mais estágios e, dessa forma, melhorar as competências e a empregabilidade dos jovens. Os estágios podem também facilitar a transição dos jovens do ensino e da formação para um primeiro emprego de qualidade. Podem ainda gerar benefícios para as empresas, permitindo-lhes encontrar excelentes trabalhadores potenciais, com novas ideias, que poderão assumir um papel-chave na futura produtividade e competitividade. Em 2012-2013, a Comissão apoiará financeiramente um total de 280 000 estágios, no âmbito das iniciativas Leonardo da Vinci e Erasmus, destinados a alunos do ensino profissional e do ensino superior.

#### **COMISSÃO APRESENTA NOVAS MEDIDAS E IDENTIFICA OPORTUNIDADES FUNDAMENTAIS PARA UMA RECUPERAÇÃO GERADORA DE EMPREGO NA UE**

## **UNIÃO EUROPEIA - PROPOSTA DE DIRECTIVA RELATIVA À PROTECÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA PREVENÇÃO, INVESTIGAÇÃO, DETECÇÃO E REPRESSÃO DE INFRACÇÕES PENAIS**

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, detecção e repressão de infracções penais ou de execução de sanções penais e à livre circulação desses dados. Esta iniciativa tem como objectivos estabelecer disposições que assegurem um elevado nível de segurança pública e a troca de dados pessoais entre as autoridades competentes dos Estados-membros da União Europeia, procurando garantir a protecção das pessoas singulares no que respeita ao tratamento desses dados. Tendo presente a particular importância desta matéria, convidam-se todos os interessados a enviar os comentários e contributos que se afigurem adequados para o endereço [gri@dgpj.mj.pt](mailto:gri@dgpj.mj.pt) até ao próximo dia 20 de Maio de 2012 - [Proposta de Directiva](#)

## **PARA UMA RETOMA GERADORA DE EMPREGO**

Os governos nacionais são instados a coordenar as medidas relativas à criação de emprego, à reforma do mercado de trabalho, ao investimento no desenvolvimento de competências, à adequação entre a oferta e a procura de emprego e ao financiamento das políticas de emprego.

## **CONSULTAS PÚBLICAS**

 Consulta pública sobre a iniciativa para promover uma marca europeia do turismo de qualidade  
**Data limite:** 13.07.2012

 Quadro de qualidade para os estágios  
**Data limite:** 11.07.2012

## **COMUNICADOS**

 Delivering savings for Europe: moving to full e-procurement for **all public purchases by 2016**

 Frequently asked questions: **A strategy for e-Procurement**

## **PARLAMENTO EUROPEU**

### **COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA SOCIAL: TRABALHADORES AÉREOS E FRONTEIRIÇOS**

Nos termos do regulamento aprovado dia 18 de Abril, sobre coordenação dos sistemas de segurança social, as tripulações aéreas devem estar sujeitas ao sistema de segurança social do país de partida habitual, no qual os membros da tripulação iniciam e terminam o seu trabalho. O regulamento clarifica igualmente as regras de acesso a subsídios de desemprego por parte de trabalhadores fronteiriços independentes.

### **PE QUER REGRAS PARA EMPRESAS QUE EXPORTEM INSTRUMENTOS DE CENSURA NA INTERNET**

A União Europeia (UE) deve criar regras para vigiar a censura na internet pelos regimes autocráticos, segundo uma resolução aprovada hoje sobre o relatório anual de direitos humanos de 2010. O Parlamento Europeu (PE) quer reforçar a responsabilização de empresas baseadas na UE que exportem ferramentas que possam ser usadas para bloquear sites de internet e controlar comunicações móveis.

## **TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU**

 Parecer do Tribunal sobre as propostas legislativas da Comissão para a **reforma da política agrícola** comum a partir de 2014

## **PARLAMENTO EUROPEU**

### **TRÁFEGO AÉREO NA UNIÃO EUROPEIA**

O Parlamento Europeu aprovou dia 19 Abril novas regras de transferências dos registos dos passageiros aéreos para os Estados Unidos da América. O acordo diz respeito à utilização, armazenamento e protecção dos dados.

## SEGURANÇA DOS DADOS BIOMÉTRICOS

Os passaportes biométricos incluem dados pessoais como impressões digitais e têm por objectivo evitar fraudes e falsificações, mas o número de passaportes falsos em circulação demonstra que o sistema não é infalível. Os eurodeputados irão questionar hoje a Comissão Europeia sobre a segurança dos passaportes biométricos e as lacunas na “cadeia” dos passaportes, desde os documentos apresentados para pedir um passaporte, até à recolha de dados e controlos nas fronteiras.

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 19 ABRIL DE 2012

O Conselho de Ministros aprovou, entre outros, o seguinte:

- Anteprojecto de proposta de lei que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais. A aprovação deste anteprojecto visa a abertura de uma fase de discussão pública que possa enriquecer e melhorar esta proposta, ficando disponível para consulta no site do Governo, por um período de 30 dias
- Alteração ao diploma que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde (SNS) por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios
- Diploma que estabelece o regime jurídico do acesso ao mercado e do exercício de direitos de tráfego no transporte aéreo regular extracomunitário

## BANCO DE PORTUGAL

Intervenção inicial do Governador Carlos da Silva Costa na Comissão Eventual da Assembleia da República para **Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal**

Banco de Portugal divulga os **contactos dos emissores de cartões bancários** para comunicação de perda, roubo, apropriação abusiva ou qualquer utilização não autorizada de um cartão

Primeira Reunião do Comité Consultivo do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) **PNFF - Princípios Orientadores das Iniciativas de Formação Financeira**

**Boletim Oficial nº 4/2012**

## DGPJ

### CONSULTA PÚBLICA SOBRE OS NOVOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS NA ÁREA DA JUSTIÇA

A Comissão Europeia apresentou as suas Propostas de Regulamentos relativas aos novos instrumentos financeiros para a área da Justiça no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020. Estas propostas têm por objectivo financiar actividades e projectos transnacionais e nacionais através da submissão de candidaturas por entidades dos Estados-membros, europeias e internacionais.

A presente Newslettter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslettter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).